



Goiânia – GO, 27 de janeiro de 2014.

Aos

Diretores de Unidades de Unidades Acadêmicas, Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação e pesquisadores.

É com satisfação que estamos assumindo a direção das novas Pró-Reitorias de Pós-Graduação e de Pesquisa e Inovação a partir de janeiro de 2014. Acreditamos que seja importante, desde o início, apresentar em linhas gerais as nossas ideias de como essas Pró-Reitorias serão conduzidas na gestão 2014-2017, delineando os principais objetivos, e um esboço inicial das nossas metas, prioridades e ações. Existem grandes mudanças a caminho na estrutura e funcionamento da UFG, em geral, e das nossas novas Pró-Reitorias de Pesquisa e Inovação (PRPI) e de Pós-Graduação (PRPG), em particular. Essas mudanças com certeza trazem muitos desafios em termos de gestão acadêmica e administrativa. Entendemos que, diante dessas mudanças, o estabelecimento das metas e prioridades é imprescindível para nos ajudar a conduzir, de forma mais adequada, a pós-graduação, a pesquisa e a inovação na UFG.

Nesses primeiros dias de trabalho à frente da PRPG e PRPI estamos começando a entender melhor os desafios da gestão da Pós-Graduação, da Pesquisa e da Inovação na UFG e faremos um diagnóstico detalhado dessas atividades a fim de subsidiar as discussões nas unidades acadêmicas e nos programas de pós-graduação. Esse conhecimento certamente irá auxiliar no estabelecimento de metas e de um plano de ação, em consonância com as ações previstas no plano de gestão da reitoria para 2014-2017 e do PDI da UFG. Gostaríamos nesta carta de apresentar alguns dos principais aspectos da nossa percepção da gestão das atividades de pós-graduação, pesquisa e inovação na UFG para a gestão 2014-2017. Os pontos discutidos abaixo, embora não permitam ainda uma avaliação definitiva e exaustiva das possíveis ações, devem cobrir os principais componentes da nossa política de gestão na PRPG e PRPI.





Em primeiro lugar, é importante destacar que a PRPPG está agora oficialmente dividida em PRPG e PRPI, desde a aprovação pelos três Conselhos do novo Estatuto da UFG no final de novembro de 2013 (e aprovado pelo MEC em janeiro de 2014). De qualquer modo, apesar dessa separação oficial e de uma divisão operacional de tarefas a partir de 2014, está claro para a nossa equipe que as ações e políticas institucionais envolvendo Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação devem estar totalmente interligadas. Certamente uma das frentes de atuação será exatamente garantir a integração entre estas (encontrando um bom balanço entre independência administrativa e integração de políticas de gestão) e as demais atividades de graduação e extensão desenvolvidas pela PROGRAD e PROEC, respectivamente. É preciso também estabelecer como os órgãos ligados à PRPG/PRPI (i.e., Museu Antropológico, Sistema de Bibliotecas, Unidade de Conservação e CDIM) podem ser melhor integrados às ações após a divisão das Pró-Reitorias. Além disso, muitas dessas ações só serão possíveis se apoiadas pela PRODIRH e pela PROAD, otimizando as rotinas administrativas e estabelecendo políticas integradas de gestão de recursos e de pessoal. A Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) também permanecerá única, mas há algumas mudanças importantes a partir da implantação do novo estatuto, que visam principalmente aumentar a integração oficial entre os diferentes regionais da UFG. O aspecto mais importante dessa mudança é a implementação das câmaras setoriais (incluindo a câmara de Pesquisa e Pós-Graduação) regionais e superior. Essa maior integração entre as regionais sem dúvida deverá marcar a próxima gestão.

Uma primeira ação importante da PRPG/PRPI será realizar visitas às unidades acadêmicas, onde deverão ser discutidas, de forma detalhada, as questões relativas à Pesquisa e Pós-Graduação em cada unidade. Esse é um bom momento para realizar essas discussões, considerando os resultados recentes da avaliação trienal da CAPES e assumindo que ainda será possível fazer pelo menos algumas "correções de curso" para o relatório referente ao primeiro ano do próximo triênio (já que os dados deverão ser enviados a CAPES provavelmente até abril/maio de 2014). Sem dúvida, houve um grande aumento nas atividades de Pós-Graduação, notadamente na *stricto sensu*, no último triênio. Estamos atualmente com 65 Programas de Pós-graduação *stricto sensu* (27 deles com cursos de doutorado, e 8 mestrados profissionais), dos quais quase 50% foram criados a partir de 2010 (um crescimento no triênio bem superior à média nacional). Tão importante quanto o aumento numérico foi a considerável melhoria nos conceitos e a implementação de diversos cursos





novos de doutorado nos programas. Um destaque nesse sentido é que a UFG, pela primeira vez, passa a ter dois cursos de excelência, com conceito 6 ("Geografia" e "Ecologia & Evolução"). Além disso, dois programas ("História" e "Ciência Animal") alcançaram conceito 5 na última avaliação trienal, elevando o número de cursos com conceito superior a 5 para um total de 7. Isso sem dúvida é uma expressão da melhoria qualitativa na Pós-Graduação da UFG. Entretanto, é preciso lembrar que ainda temos cerca de 43% de programas com conceito 3. Vale ressaltar que cerca de 70% desses programas com conceito 3 foram criados depois de 2010 e que, dos 14 cursos com conceito 3 que haviam sido avaliados no triênio anterior, sete deles passaram para conceito 4 na avaliação trienal 2010-2012.

Considerando os resultados da avaliação trienal da CAPES referente ao período 2010-2012 apresentados em dezembro de 2013, está claro que o principal ponto a ser melhorado nos programas da UFG é, sem dúvida, a produção científica. De fato, dos 50 programas da UFG avaliados total ou parcialmente pela CAPES, cerca de 38% apresentaram conceito "regular", "fraco" ou "deficiente" nos itens referentes à produção científica docentes e/ou discente (que são os itens com maior peso para a atribuição do conceito final do programa, nos diferentes comitês de avaliação). Resolver esse problema exige, portanto, uma ação ampla na política de valorização e incentivo à pesquisa na UFG, incluindo não apenas os programas *stricto sensu*, mas também o PIBIC, o sistema de cadastro e avaliação de projetos, e mesmo a estratégia de implantação dos cursos *lato sensu*. Vamos continuar mantendo como prioridade a política de pagamento de publicações dos docentes da pós-graduação. Em termos de qualidade da produção científica, é imprescindível também melhorar a inserção internacional da produção científica da UFG em diversas áreas, viabilizando programas que permitam superar questões relacionadas à redação científica em idiomas estrangeiros.

Talvez seja importante, ainda no contexto de melhorar qualitativa e quantitativamente a produção científica, ampliar o número de bolsistas de pós-doutorado na UFG (incluindo bolsistas de outros países), oriundos dos diferentes programas de fomento disponíveis atualmente (e.g., PNPD, PDJ, DCR, DTI-A), reforçando os grupos de pesquisa. É preciso ainda organizar a participação dos bolsistas de pós-doutorado e ampliar oficialmente sua integração nas atividades acadêmicas dos





programas (incluindo também uma atuação mais próxima aos cursos de graduação e aos alunos de iniciação científica).

Assim, a distribuição dos conceitos dos programas de pós-graduação da UFG, especialmente quando comparada à distribuição dos conceitos em escala nacional, já nos permite definir uma primeira linha de ação e política institucional: a consolidação dos programas com o aumento para o conceito mínimo de 4 e consequente possibilidade de criação de cursos de doutorado nesses programas. A julgar pelas metas gerais de expansão previstas do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG), há ainda necessidade de criação de programas novos em todo o Brasil. Entretanto, considerando a elevada taxa de crescimento no número de programas da UFG no triênio anterior e os conceitos atuais desses programas, bem como as nossas restrições orçamentárias em pessoal administrativo e infraestrutura, entendemos que programas novos devem ser prioritariamente criados a partir de grupos de pesquisa com bom nível de consolidação e/ou em unidades acadêmicas ou áreas de conhecimento estratégicos para a UFG (incluindo especialmente as atuais regionais). Assim, de modo geral, entendemos como prioritária uma expansão "vertical" da pós-graduação e não sua expansão "horizontal". Esperamos que esse crescimento, tanto vertical quanto horizontal, ocorra naturalmente em decorrência do envolvimento crescente dos docentes atuais nos programas e pela contratação de novos docentes com elevada produção científica em concursos públicos que sejam cada vez mais concorridos (o que se espera à medida que a UFG ganha visibilidade em escala nacional e internacional).

Entendemos que o mesmo padrão de crescimento aplica-se à pós-graduação *lato sensu*, embora a ausência de critérios gerais e nacionais (como os definidos pela CAPES) torne mais difícil a operacionalização dessas ações de regulação e controle, bem como o estabelecimento de prioridades de implantação. Temos atualmente quase 100 cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e, embora ainda seja preciso fazer um levantamento detalhado de suas ações, acreditamos que vários deles também precisem ser repensados na ótica da melhoria da qualidade e no real atendimento às demandas da sociedade em transformação.

Outro ponto de destaque em termos dessa expansão recente é um aumento de atividades associadas ao suporte ao ensino básico, que é uma das metas mais importantes em termos de políticas nacionais de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (e claramente definida, por exemplo, no





Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020). A Pós-Graduação está sendo praticamente "convocada" a assumir um papel de protagonismo na tentativa de resolver esse problema, que seguramente é um dos principais do Brasil. Entendemos isso realmente como um desafio, pois tradicionalmente essas ações estão bastante desconectadas do "dia-a-dia" da Pós-Graduação e essa interação vai requerer mais trabalho e soluções criativas por parte dos gestores nos diversos níveis, desde as coordenações de curso até as Pró-Reitorias, bem como da própria comunidade acadêmica. Entendemos que nosso papel principal na PRPG/PRPI é viabilizar da melhor forma possível essas ações e propiciar espaços de discussão acadêmica que as facilitem.

O desafio mencionado nos leva a um aspecto mais amplo, subjacente às metas do PNPG e que pode ajudar a operacionalizar várias novas ações, norteando as principais direções de crescimento da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: o aumento de ações internacionais, interinstitucionais e interdisciplinares. Em vários programas e unidades acadêmicas, essas ações, principalmente a internacionalização, estão bem avançadas e em um patamar bastante satisfatório, mas com certeza ainda existem muitos desafios para a efetiva implementação das ações envolvendo os três "INTER", de modo geral, na UFG. Por exemplo, um dos componentes mais importantes da internacionalização, os doutorados "sanduíche", passam a ser a base da nova política de concessão de bolsas de doutorado da CAPES (i.e., pelo menos por enquanto, novas cotas de bolsa de doutorado só serão concedidas automaticamente aos programas que enviarem seus bolsistas ao exterior por pelo menos 9 meses).

O aspecto interinstitucional, por exemplo, pode ser entendido em diferentes níveis da hierarquia acadêmica e de gestão. Podemos pensar em programas de integração entre Universidades diferentes, à exemplo do PROCAD da CAPES (diversos projetos PROCADs foram enviados no novo edital de dezembro de 2013). Caso ocorra uma sinalização da CAPES de que novos editais para projetos de mestrado e doutorado interinstitucional (MINTER e DINTER) serão lançados, é importante que os Programas 5 e 6 consolidem, por meio desses projetos, suas atividades de inserção social, integração e solidariedade. Contudo, é possível pensar em integrações entre os Programas da Região Centro-Oeste e dentro do Estado de Goiás, envolvendo as instituições públicas, privadas e comunitárias. É possível tentar estabelecer novas parcerias com a FAPEG, por exemplo, para viabilizar financeiramente algumas dessas ações. Essas integrações, que já ocorrem





em diferentes graus de forma individual por docentes ou programas, podem se dar tanto em termos de ações interdisciplinares, como atualmente em curso na rede Pró-Centro Oeste de Pesquisa e Pós-Graduação, apoiada pela CAPES/MEC/MCTI/FAPs e na Rede Multi-Institucional de Biotecnologia de Goiás, como ações "disciplinares", envolvendo os programas e cursos de Pós-Graduação já existentes no Estado. É evidente que todas essas ações de interação interinstitucional de Pós-Graduação inevitavelmente trazem junto a integração da pesquisa e da inovação tecnológica, uma vez que em nosso país a pesquisa ainda é realizada majoritariamente vinculada à pós-graduação.

Outro aspecto importante da integração refere-se aos programas de Iniciação Cientifica e Tecnológica da UFG, nas suas diversas modalidades, que precisam estar fortemente interligados à Pós-Graduação. Sem dúvida, a criação do PIBIC e, em dimensão menor, do PET da CAPES, ainda nos anos 80, foi decisiva para a melhoria da pesquisa no Brasil. Precisamos ampliar essa atividade ao máximo, ao mesmo tempo em que aprimoramos o sistema de concessão, avaliação e, principalmente, de integração dessas atividades com a Pós-Graduação. Isso leva à discussão sobre como podemos, por exemplo, melhorar e sincronizar as atividades do CONPEEX nessa direção.

A internacionalização é outro aspecto importante no PNPG 2011-2020, e a UFG tem avançado consideravelmente nesse sentido. Isso fica claro com o aumento dos conceitos da Pós-Graduação (especialmente nos cursos com conceito 5 e 6) e pelo aumento da produção científica dos nossos docentes em periódicos internacionais. Sabemos que há um grande número de professores e pesquisadores de outros países visitando a UFG e colaborando com nossos docentes e estudantes de pós-graduação, embora uma avaliação mais detalhada dessas ações e interações ainda precise ser realizada. Devemos estabelecer novas estratégias para ampliar o número de programas de cooperação internacional a captação de estudantes estrangeiros. Otimizar essas ações também pode envolver uma maior aproximação com a Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAE) da UFG.

Em termos de atividades de empreendedorismo e inovação, elo entre a pesquisa acadêmica e as atividades empresariais, é preciso salientar a criação do Centro Regional de Tecnologia e Inovação (CRTI), primeira edificação do Parque Tecnológico Samambaia, realizada em parceria com o Governo do Estado de Goiás. Sua inauguração ocorreu em dezembro de 2013 e as atividades, que serão executadas nesse âmbito, resultarão no desenvolvimento de projetos





integrados de pesquisa, tecnologia e inovação. Nesse sentido, o CRTI reforça as ações ligadas à inovação tecnológica e à relação universidade-empresa, como o PROINE, o Programa de Empresas Juniores e o sistema de registro de patentes. Entretanto, apesar desse grande passo positivo para a melhoria das ações de inovação tecnológica, não é possível deixar de mencionar que há problemas sérios relativos à infraestrutura para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação na UFG, o que nos leva, por exemplo, a uma discussão ampla e importante sobre como o uso dos recursos para Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, incluindo os recursos oriundos da FINEPE (no edital institucional do CT-INFRA) e da própria PRPPG e UFG, pode ser otimizado. Além disso, é preciso aumentar a integração entre as ações de inovação e empreendedorismo e os mestrados profissionais existentes na UFG, facilitando seu funcionamento e ampliando a inserção social e mercadológica dos seus produtos.

Considerando os pontos destacados acima e as diretrizes gerais da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no âmbito nacional, entendemos que a principal missão da PRPG/PRPI é viabilizar a consolidação e implementação de ações que nos permitam atingir essas metas de melhoria na qualidade e integração, com destaque para ações interinstitucionais e de internacionalização, de forma interdisciplinar, em diversos patamares da hierarquia acadêmica e institucional. Para tal, um ponto importante é também melhorar os sistemas administrativos e gerenciais da UFG, e essa mudança já está em curso. Nesse sentido, será preciso aprimorar o sistema atual de gestão de projetos de pesquisa, envolvendo necessariamente uma melhor avaliação dos resultados (produtos) desses projetos. Acreditamos ainda que será necessário melhorar os canais de comunicação entre a PRPG/PRPI, os coordenadores e os docentes dos Programas de Pós-Graduação e os coordenadores de pesquisa das diferentes unidades, a fim de agilizar e aprimorar uma série de atividades.

Sem dúvida, deveremos discutir detalhadamente os diversos pontos levantados acima e vários outros durante as visitas aos Programas de Pós-Graduação e Unidades Acadêmicas a fim de estabelecer metas mais objetivas, que sejam ao mesmo tempo ambiciosas e realistas, bem como um plano de ação para atingi-las. É importante que todos os envolvidos nos Programas de Pós-Graduação e nas atividades de pesquisa e inovação da UFG, incluindo o corpo docente, discente e técnico-administrativo, bem como os gestores dos programas e das unidades, tomem conhecimento





dos pontos mencionadas nesta carta. Entendemos que todos podem (e devem) contribuir no estabelecimento de políticas e ações que nos permitam alcançar as metas e objetivos propostos. A contribuição de cada um é importante exatamente porque existem vários caminhos para alcançar essas metas, que podem variar entre as áreas do conhecimento em função da realidade atual e histórica de cada uma das unidades acadêmicas da UFG e de suas instituições parceiras. Considerando o tamanho dos desafios para melhorar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação para o Brasil nos próximos anos, esperamos contar com a participação de todos.

Finalmente, agradecemos à Profa. Divina das Dôres de Paula Cardoso e sua equipe pela ação à frente da PRPPG nos últimos 8 anos. Apesar dos desafios constantes e de diversos problemas que ainda precisam ser resolvidos na PRPG/PRPI, sem dúvida a UFG passou por um crescimento notável em termos de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação nesse período. Vamos nos esforçar ao máximo para continuar esse trabalho e enfrentar os novos desafios com a mesma coragem e dedicação.

### Atenciosamente,

Prof. Dr. José Alexandre Felizola Diniz Filho (Pró-Reitor de Pós-Graduação)

Profa. Dra. Maria Clorinda Soares Fioravanti (Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação)

Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo (Coordenadora Geral de Pós-Graduação)

Profa. Dra. Sheila Araújo Teles (Coordenadora Geral de Pesquisa)

Prof. Dr. Cândido Vieira Borges Jr. (Coordenador de Transferência e Inovação Tecnológica)